

**USO DE BEM PÚBLICO NO PARQUE DO SABIÁ: UM CASO DE ENSINO SOBRE LICITAÇÃO**

Liliana De Castro Álvares - Universidade Federal de Uberlândia - UFU

**Resumo**

Este caso aborda fatos baseados em acontecimentos reais vivenciados por uma família que alugava um quiosque para vender cocos em um parque municipal na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Em uma entrevista para uma rede de televisão, essa família relatou ter sido impedida de trabalhar no local por ter perdido um processo de licitação. Eles manifestaram sua oposição à licitação realizada pela administração do parque para legalização dos permissionários para uso dos quiosques. Este caso é relevante para os cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Direito Administrativo e Constitucional, Ciências Sociais, na abordagem de temas como licitação, uso de bem público, além de promover reflexões sobre Ética e Responsabilidade Social.

**Palavras-chave:** Licitação, uso de bem público, ética

**Abstract**

This case addresses facts based on real events experienced by a family that rented a kiosk to sell coconuts in a municipal park in the city of Uberlândia, Minas Gerais. In an interview with a television network, this family reported being prevented from working at the location because they lost a bidding process. They expressed their opposition to the bidding conducted by the park administration for the legalization of permit holders for kiosk use. This case is relevant for undergraduate and graduate courses in Public Administration, Administrative and Constitutional Law, Social Sciences, addressing topics such as bidding, public property use, and promoting reflections on Ethics and Social Responsibility.

**Keywords:** Bidding, public property use, ethics

## USO DE BEM PÚBLICO NO PARQUE DO SABIÁ: UM CASO DE ENSINO SOBRE LICITAÇÃO

### 1. O caso em si

#### Introdução

Dona Nice acordava todos os dias para trabalhar e chegar ao Parque do Sabiá, sempre animada para mais um dia de trabalho. Porém, em uma sexta-feira, chegando ao local de trabalho, um quiosque dentro do parque, onde trabalhava há mais de 30 anos, encontrou o quiosque lacrado, sendo impedida de trabalhar.

Sem entender o que estava ocorrendo, ela foi à sede administrativa do parque em busca de informações. Foi então que os servidores públicos informaram que ela havia perdido a licitação para a legalização dos permissionários dos quiosques.

Sem saber como proceder, Dona Nice avisou o ocorrido ao filho Lucas, que já estava a caminho do parque, pois Lucas trabalhava com a mãe desde pequeno no local.

Indignado com o ocorrido e com a impossibilidade de trabalhar, Lucas considerou tudo uma injustiça e decidiu entrar em contato com um canal de televisão para denunciar o caso e informar a comunidade.

A equipe de televisão interessada no caso e na sua repercussão, logo se prontifica e vai até o local para a realização da matéria e entrevista a família.

#### A entrevista

O repórter inicia a entrevista perguntando como tudo começou.

- Dona Nice, conte-nos sobre a situação da sua família no Parque do Sabiá.
- Nossa família vendia cocos neste quiosque que hoje encontramos lacrado. Fomos impedidos de continuar o nosso trabalho devido a um processo de licitação.
- Dona Nice, vocês foram informados pela administração do parque sobre o processo de licitação?
- Sim, pois conhecemos um servidor público que trabalha aqui e que há muito tempo conhece a nossa história, nos informou sobre a licitação. Ele nos informou sobre a licitação e disse que o Ministério Público determinou a que a FUTEL realizasse uma licitação para regularizar o uso dos quiosques e nos instruiu a fazer parte da licitação para legalizar a nossa situação no parque.

Dona Nice segue esclarecendo o caso: - Quando fomos informados do processo de licitação, o servidor disse que dariam preferência para nós, pois estamos aqui há muitos anos e que teríamos que passar a pagar um valor pela ocupação do local, pois desde que estamos aqui nunca pagamos nenhum valor para usar o quiosque.

- E como se sentem com essa decisão? – questiona o jornalista.
- Estamos indignados. Trabalhamos no local por quase 36 anos e agora fomos retirados sem considerarem o nosso trabalho, a nossa história e dedicação ao local.

O entrevistador segue expondo o caso se direcionando ao filho de dona Nice.

- Lucas, conte-nos sobre sua experiência trabalhando no quiosque.
- Desde pequeno eu ajudava minha mãe no quiosque, a nossa família cresceu e se desenvolveu com a renda deste comércio, inclusive meus dois filhos e irmãos, entre outros familiares e até hoje dependemos desta renda para o sustento da família.
- Lucas o que mudou no local desde que vocês começaram a trabalhar aqui?
- Quando começamos a trabalhar aqui a estrutura do quiosque era bem simples, mas agora está muito boa, construíram o quiosque em alvenaria.

- Mas Lucas, os administradores nunca haviam procurado a sua família para a legalizarem o trabalho de vocês aqui no local? - continuou perguntando o repórter.
- Não, nós fomos informados recentemente sobre o processo de licitação. Quando a estrutura do quiosque era pequena, os responsáveis pela administração do parque não se importavam com a gente trabalhando aqui.
- Como foi o processo de licitação para vocês?
- Fizemos uma proposta, mas perdemos para uma empresa que ofereceu um valor muito alto, que não teríamos condição de pagar.
- Lucas como você e sua família se sentem com essa situação?
- Estamos indignados. Construímos nossa vida aqui, conquistamos clientes, e agora tudo pode ser perdido. Será que o dinheiro vale mais que a nossa história? A empresa que vai ocupar o local já vai começar com todos os clientes que a gente conquistou ao longo de todos esses anos. Vendendo coco, furando dedos, tratando bem os clientes... Eu deixei de ter emprego formal pra ajudar minha mãe aqui no comércio, e agora a gente não vai ter mais nada. – finaliza emocionado o filho de dona Nice.
- Uma situação realmente difícil. A família merece nosso apoio após tantos anos no local. – conclui o repórter.

Por outro lado, a FUTEL – Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer, responsável pela administração do Parque do Sabiá, vinculada à Prefeitura de Uberlândia, publicou uma página no site da prefeitura, informando que o processo licitatório para regularizar o uso dos quiosques e lanchonetes localizados no local, foi realizado para atender à recomendação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e todo o processo foi realizado com transparência, integridade e em conformidade com a legislação vigente.

Informou ainda, que todos os critérios e procedimentos legais foram rigorosamente seguidos para o certame, com ampla publicidade, garantindo que qualquer cidadão ou empresa tivesse o direito de participar. Além disso, a licitação proporcionou maior segurança jurídica aos novos permissionários, que terão respaldo legal para realizar suas atividades comerciais, oferecendo uma melhor qualidade de serviço aos usuários.

O caso repercutiu nas redes sociais, principalmente no Instagram, com diversas manifestações em apoios à família de dona Nice:

- “Em um ato de covardia, uma família que comercializava cocos em um quiosque no Parque do Sabiá, há mais de trinta anos, teve esse trabalho cancelado”.
- “Isso é um absurdo, quando o parque não era tão valorizado, eles serviam, passavam dificuldades...”.
- “Covardia, a preferência é deles, porque já estão lá há anos!”.
- “Absurdo isso... injusto demais”.
- “Revoltante”.
- “Que injustiça”.
- “Isso é um absurdo”.

Mas também houve manifestações a favor da administradora do parque:

- “Não foram expulsos, perderam a licitação...”.
- “Triste, mas é um espaço público e a lei tem que ser cumprida”.
- “Fiquei chateado pela família, porém é preciso ter licitação”.

### **A Licitação Pública**

A autorização e o edital da licitação para outorga da permissão de uso de espaços públicos, a título precário e oneroso, com fins de exploração da atividade de comercialização de alimentos e prestação de serviços de sauna, nos espaços físicos dos quiosques e lanchonetes localizados na área do Parque Sabiá e da praça de esportes de Uberlândia (UTC), espaços

administrados pela Fundação Uberlandense do turismo, esporte e lazer – FUTEL (PMU, 2023), foram publicados em 20/12/2023.

O processo foi realizado pela Comissão Permanente de Licitação da FUTEL, na modalidade “Concorrência Pública”, observado o critério de ‘Maior Valor Ofertado’.

Consta no Edital de licitação (Uberlândia, 2023), Capítulo XII, as cláusulas relativas às sanções administrativas:

“(12.10) Para a execução do Termo de Permissão nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste edital, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.” (Uberlândia, 2023).

E ainda na cláusula décima quarta, Anticorrupção:

14.2) “As Partes se comprometem a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda a vigência da Permissão.” (Uberlândia, 2023).

E no Capítulo XV, referente às Obrigações e Prerrogativas:

15.1.27) “Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;” (Uberlândia, 2023).

Posteriormente, foi publicado um “Aviso de suspensão da continuidade do Processo Licitatório de Concorrência Pública” desta licitação, vigente até o momento, em virtude de decisão liminar proferida em um Processo Judicial Mandado de Segurança. (Uberlândia, 2023).

## Referências

EU SOU DE UBERLÂNDIA. (2024, 16 de fevereiro). **Comerciantes desabafam após serem retirados do Parque do Sabiá em Uberlândia** [Postagem no Instagram]. Instagram @eusoudeudi. Disponível em:

[https://www.instagram.com/p/C3c\\_GMAr2Hg/?igsh=MXZiZmtzejE2eWptaQ%3D%3D&img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C3c_GMAr2Hg/?igsh=MXZiZmtzejE2eWptaQ%3D%3D&img_index=1). Acesso em: 01 de maio de 2024.

TV VITORIOSA. **Comerciantes desabafam após serem retirados do Parque do Sabiá em Uberlândia**. Chumbo Grosso, Uberlândia, 2024, 1 vídeo (2:22 min). Disponível em: <https://v9vitoriosa.com.br/comerciantes-desabafam-apos-serem-retirados-do-parque-do-sabia-em-uberlandia>. Acesso em: 01 maio 2024.

UBERLÂNDIA (MG). **Edital de licitação CP 143/2023**. Outorga de permissão de uso de espaços públicos, a título precário e oneroso, com fins de exploração da atividade de comercialização de alimentos e prestação de serviços de sauna, nos espaços físicos dos quiosques e lanchonetes localizados na área do Parque Sabiá e da praça de esportes de Uberlândia (UTC), espaços administrados pela Fundação Uberlandense Do Turismo, Esporte E Lazer – FUTEL. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <https://weblicitacoes.uberlandia.mg.gov.br/weblicitacoes/f/n/licitacoesdetalhescon?modoJanel aPlc=popup&evento=y&codigoEmpresa=5&licitacao=CP%20143/2023>. Acesso em: 01 maio 2024.

UBERLÂNDIA (MG), **Lei nº 11.966, de 29 de setembro de 2014**. Dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores públicos da Administração direta do município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2014/1197/11966/lei-ordinaria-n-11966-2014-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-dos-servidores-publicos-da-administracao-direta-do-municipio-de-uberlandia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 01 maio 2024

## **2. Notas de ensino**

### **Objetivos do ensino**

O objetivo deste caso é fomentar a reflexão sobre uma história baseada em fatos reais, proporcionando a análise do cenário envolvendo Dona Nice e sua família no Parque do Sabiá. O caso de estudo apresentado exemplifica um cenário concreto de impacto social ao destacar os eventos que resultaram no impedimento de trabalhar no quiosque, o apoio de um servidor público, o interesse da mídia em divulgar assuntos relacionados a instituições públicas e a repercussão nas redes sociais. O caso também propõe a análise da atuação do Ministério Público e seu papel fiscalizador, recomendando que a FUTEL realizasse o processo de licitação. Além disso, são colocados questionamentos sobre a conduta do servidor público que prometeu regularizar a situação da família.

Este caso serve como exemplo concreto de como decisões administrativas afetam diretamente a vida das pessoas. Estimula discussões sobre políticas públicas e direitos individuais, abordando temas como: direitos adquiridos, processo de licitação e o papel do Estado na gestão de espaços públicos. Além disso, analisa o impacto das redes sociais e mídias digitais, evidenciando como manifestações podem mobilizar socialmente e influenciar o debate público, pressionando por transparência e justiça.

### **Fontes e métodos de coleta**

O desenvolvimento do caso foi baseado na matéria da rede de televisão – TV Vitoriosa, divulgada no dia 16/02/2024 no Programa Chumbo Grosso, intitulada: “Descaso, comerciantes desabafam após serem retirados do Parque do Sabiá”.

As manifestações da população foram obtidas através do perfil @eusoudeudi no Instagram.

A fonte dos dados que divulgou a matéria sobre a transparência e integridade da licitação foi obtida através do Portal da Prefeitura de Uberlândia, publicada em 16 de fevereiro de 2024. Essa matéria também disponibilizou um link para acesso ao Portal de licitação, onde foram obtidos os dados referentes à licitação do processo.

### **Relações com os objetivos de um curso ou disciplina**

Por meio da leitura e discussão do caso oferece uma rica oportunidade de análise sob diversas perspectivas acadêmicas e sociais.

No âmbito do Direito Administrativo e Constitucional, o texto suscita reflexões profundas sobre direitos adquiridos e o processo de licitação. A situação de Dona Nice, cuja família operava um quiosque há décadas, levanta questões sobre a proteção dos direitos individuais perante decisões administrativas. Além disso, a atuação do Ministério Público é essencial, visto que recomendou a realização da licitação para regularizar o uso dos espaços públicos, demonstrando seu papel fiscalizador e de defesa do interesse coletivo.

No campo da Administração Pública, o caso ilustra as implicações do processo de licitação na gestão de espaços públicos. A necessidade de transparência, integridade e ética na administração é evidenciada, pois tais processos determinam não apenas quem utiliza os espaços, mas também o impacto direto na vida das comunidades locais.

Para as Ciências Sociais, o caso de Dona Nice oferece uma oportunidade de explorar como as decisões administrativas moldam as vidas das pessoas. A família, que dependia do quiosque para o sustento, exemplifica como políticas públicas podem influenciar indivíduos e comunidades, destacando a interação entre Estado, sociedade e espaço público.

No campo da Comunicação Social, o papel da mídia e das redes sociais é crucial. A cobertura do caso pela mídia amplifica questões sociais relacionadas à gestão de instituições públicas, proporcionando uma plataforma para o debate público e mobilização social. As manifestações nas redes sociais demonstram como essas plataformas podem ser utilizadas para pressionar por transparência e justiça em decisões administrativas.

Finalmente, em termos de Ética e Responsabilidade Social, o caso de Dona Nice evidencia dilemas éticos na administração pública. O comportamento do servidor público que prometeu regularizar a situação da família levanta questões sobre conflitos de interesse e a necessidade de condutas éticas na gestão pública, garantindo equidade e justiça nas interações entre o Estado e os cidadãos.

Dessa forma, o caso de Dona Nice no Parque do Sabiá não apenas ilustra um exemplo prático de impacto social, mas também oferece um campo fértil para a reflexão e o aprendizado em diversas disciplinas acadêmicas e sociais.

### **Disciplinas sugeridas para o uso de caso**

O caso envolvendo Dona Nice e sua família no Parque do Sabiá oferece uma rica oportunidade de estudo interdisciplinar em diversas áreas acadêmicas como: Administração Pública, Direito Administrativo e Constitucional, Ciências Sociais, Comunicação Social, além de promover reflexões sobre ética, transparência e responsabilidade social na administração pública.

### **Possíveis tarefas a propor aos alunos**

O professor inicialmente pode propor aos alunos que acessem o portal da PMU para conhecer todo o processo licitatório deste caso, orientando-os sobre como acessar o processo.

Assistam à entrevista no site da rede de televisão, disponibilizando aos alunos o link da matéria.

Propor aos alunos que realizem anotações sobre os principais pontos acessados, sobre os temas relacionados à matéria da disciplina.

### **Possível organização da aula para uso do caso**

Para a organização da sala o professor pode propor que:

- Os alunos sentem-se em formato de círculo ou em forma de U, para facilitar a comunicação, permitindo que todos os alunos tenham contato visual e participem igualmente do debate.
- O debate pode ser organizado em grupos pequenos para discutir diferentes aspectos do texto, como os direitos adquiridos pela família, o processo de licitação, as cláusulas administrativas

mencionadas e as implicações sociais do caso, antes de compartilhar suas conclusões com a turma inteira. Cada grupo tem um tempo para apresentar suas ideias e responder a perguntas.

- Dividir a turma em defensores dos direitos da família e defensores da legalidade da licitação para simular um debate construtivo sobre o caso.

- O professor organiza a sala em fileiras ou conforme a primeira sugestão. Através de uma série de perguntas direcionadas aos alunos, ele promove o debate, assegurando que todos os aspectos dos temas sejam abordados, permitindo que compartilhem suas percepções sobre os seguintes questionamentos:

1. O servidor público prometeu legalizar a situação da família para o uso do imóvel. Esse gestor público descumpriu algum princípio fundamental ou cláusula do edital de licitação?

A hipótese acima tem o objetivo de gerar reflexão a cerca dos princípios fundamentais dos servidores públicos.

2. Existe o direito adquirido nas relações com o poder público?

O objetivo é que haja a reflexão sobre o direito adquirido e sua utilização nas relações com os entes públicos.

3. Como você, enquanto gestor público agiria, nesse caso, qual seria sua decisão?

Enquanto gestor público, o aluno deve avaliar a situação em detalhes para entender todos os aspectos envolvidos, incluindo as necessidades da família, as normas e regulamentações aplicáveis.

4. Existe alguma ação que o poder público possa realizar para manter a família ocupando o imóvel? Neste caso pode ser utilizado o poder de discricionariedade? Seria possível fazer uma dispensa de licitação nesse caso?

Aqui os alunos deverão refletir sobre o conceito de discricionariedade e suas aplicações pelos entes públicos.

5. Neste caso, foi realizada a licitação através da modalidade 'Maior valor ofertado'. Você indicaria outra modalidade para essa licitação?

O objetivo é que o aluno analise as modalidades de licitação e promova um debate sobre suas aplicações e a possibilidade de utilizar outra modalidade neste caso de ensino.

6. Verificou-se que a licitação, até o momento, não foi finalizada e que foi impetrado um Mandado de segurança. Quais as possíveis razões para esse acontecimento? Poderia ter sido acionado outro instrumento jurídico?

Neste item os alunos devem definir o Mandado de segurança e as suas aplicações, verificando a possibilidade de ter sido usada outro instrumento jurídico.

7. O Ministério Público acionou a FUTEL para que esta realizasse o processo de licitação e regularização dos permissionários para uso dos espaços públicos. Qual a função que o Ministério Público exerceu nesse caso?

O objetivo é que haja a reflexão sobre as ações do Ministério Público e seu poder fiscalizador.

8. Como as manifestações nas redes sociais refletem o impacto social das decisões administrativas?

O professor pode destacar a importância das manifestações nas redes sociais que são um reflexo poderoso do impacto social das decisões administrativas, influenciando a percepção pública, mobilizando ações coletivas e contribuindo para a responsabilidade e transparência na governança pública.

Nesses casos apresentados, o professor pode atuar como moderador, garantindo que todos tenham a oportunidade de falar, mantendo o debate focado e respeitoso.

### **Sugestões de bibliografia**

**BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Brasília: Congresso Nacional, 2021.

SANTANA, Bruno Maciel de. **Mínimo para você entender Licitações e Contratos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2021.

FIGUEIRA TEIXEIRA, S. (2024). **A nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021): principais mudanças e impactos na eficiência das contratações públicas.** Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico- Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/1898>